

A SOCIEDADE DE CONTROLE E SUAS ESTRATÉGIAS EM “NÓS”, DE EVGUENY ZAMIATIN

SOCIETY AND CONTROL STRATEGIES IN “WE”, BY EVGUENY ZAMIATIN

*Rafael Camargo de OLIVEIRA**
*Kátia Menezes de SOUSA***

Resumo: Em “Nós”, de Evgueny Zamiatin, deparamo-nos com uma fictícia sociedade do controle que utiliza de discursos de disciplinarização do indivíduo voltados para um melhor desempenho social (biopoder). A obra de Evgueny Zamiatin é classificada como a precursora do gênero literário distópico e influenciou conhecidas obras como “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley, “Anthem” (Hino), de Ayn Rand e 1984, de George Orwell. Para fundamentar nossa pesquisa, utilizamos dos estudos da Análise do Discurso de vertente francesa e, em especial, nos estudos de Michel Foucault (1993; 2011; 2012). Por meio desses referenciais, buscamos identificar os elementos que constituem a sociedade do controle, suas estratégias, assim como os processos de normalização do indivíduo. Analisamos as resistências ao modelo social da obra, manifestadas pelos protagonistas, vistas também como exercício de poder. A subjetivação, por meio do discurso, torna seus sujeitos cada vez mais produtivos naquele sistema, reforçando, assim, a atuação do biopoder de maneira consistente e eficaz.

Palavras-chave: “Nós”; Biopoder; Controle

Abstract: In “We”, by Evgueny Zamiatin, faced with a fictitious company's control that uses discourses of disciplining the individual facing a better social performance (biopower). The work of Evgueny Zamiatin is ranked as the precursor of dystopian literary genre, and influenced known works such as Brave New World, Aldous Huxley, Anthem (Hymn), Ayn Rand and 1984 by George Orwell. To support our research, we use studies of discourse analysis strand French and, in particular, the studies of Michel Foucault (1979, 2011, 2012). Through these references we seek to identify the elements that constitute the society of control, their strategies, as well as the standardization processes of the individual. We also analyzed the resistance to the social model of work, manifested by the protagonists, also seen as an exercise of

* Aluno de Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO e integrante do Grupo TRAMA/UFG. Contato: rafaelcamargodeoliveira@hotmail.com.

** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade estadual Paulista/Araraquara e Professora Associada da Faculdade de Letras/UFG. Coordenadora do Círculo Goiano de Análise do Discurso (TRAMA/UFG). Contato: km-sousa@uol.com.br.

power. The subjectivity, through discourse, makes its subjects increasingly productive in that system, thereby enhancing the performance of biopower consistently and effectively.

Keywords: *We*; Biopoder; Control

Introdução

Tomando como base o pensamento de Foucault (2012, p. 221) em que o “saber não está contido somente em demonstrações, mas pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” é que fizemos a escolha da obra distópica de Evgueny Zamiatin como objeto de análise. Neste estudo, buscamos entender as relações existentes entre a obra literária em questão e as estratégias envolvendo a norma e a regulamentação na sociedade do controle. Portanto, os estudos de Foucault nas fases genealógica e ética serão essenciais na composição deste trabalho. Da primeira, os citados conceitos com relação ao sujeito e o poder. Já da segunda, as ordenações disciplinares, o exercício do biopoder. O trecho abaixo ilustra o funcionamento deste mecanismo.

A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um “bio-poder” (FOUCAULT, 1988, p. 152).

O tópico seguinte apresentará o objeto de estudo deste trabalho, a obra “Nós”, de Evgueny Zamiatin, bem como a classificação do gênero literário distópico que a compõe.

Objeto de estudo: “Nós”, de Evgueny Zamiatin

A obra “Nós” foi escrita por Evgueny Zamiatin entre os anos de 1920-1921 e é tida hoje como a precursora do gênero literário distópico, influenciando diretamente obras conhecidas como “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley e 1984, de George Orwell. Entretanto, antes de falarmos da obra em si, a constituição social e os poderes vigentes nessa sociedade, serão necessárias algumas considerações sobre utopia e distopia e o gênero literário distópico.

O termo “utopia” foi criado por Thomas More na obra “A Utopia”, publicada em 1516. No significado da palavra, de origem grega, “tópos” refere-se a lugar, enquanto o prefixo “u” é empregado com significado negativo. Assim, “u-tópos” (utopia) quer dizer “não lugar” ou “lugar nenhum”.

Partindo de um idealismo humano que prega a igualdade, Thomas More (2009) cria uma república utópica, lugar onde todos os homens são iguais e a pobreza não é uma palavra conhecida pelos seus habitantes. Apesar de ter instituído a palavra utopia, More não foi o primeiro a criar um mundo baseado em ideais.

Platão (2000), por meio de Sócrates, desenvolve uma república baseada em preceitos filosóficos e políticos ideais. O desenvolvimento da cidade se liga, desde os seus primórdios, à criação de cada profissão e à preocupação com o que cada indivíduo deve se ocupar, passando pela preparação daqueles que estarão aptos a administrarem a cidade, que Platão chamará de guardiões. A república discute resoluções importantes para a modernidade, como a localização da capital, o controle da natalidade, a disciplinarização do cidadão para utilizar melhor seu corpo em prol da produção coletiva da cidade etc. Todo esse panorama compõe um “não lugar”, ou seja, uma utopia.

A criticidade e a esperança no surgimento de um sistema sem falhas, incorruptível são o combustível para o surgimento das utopias. Não somente Platão e More, mas o discurso presente nas mais diversas instâncias religiosas refletem essa busca pelo bom lugar. A utopia passa, assim, a ter uma conotação positiva, chamada eutopia .

Podemos, então, caracterizar a utopia como presente em dois tempos distintos: passado e futuro. Os primórdios da mitologia grega, exaltada pelos romanos, refletem a idealização humana ao retratar a

idade de ouro como uma época “Sem nenhum vingador, sem lei nenhuma / Culto à fé e à justiça então se dava, / Ignorava-se então castigo e medo” (OVÍDIO, 2006, p. 19). A ausência do mal seria a tradução religiosa para um “bom lugar”.

O cristianismo expõe sua versão do lugar perfeito com o mito do paraíso. Segundo a Bíblia Sagrada (1997, p. 50-52), antes de o homem provar do fruto proibido, este não necessitava de trabalhar, pois a terra produzia seu próprio fruto, e o homem não conhecia o bem e o mal. Nota-se uma semelhança entre a Bíblia e as “Metamorfoses” de Ovídio. Essa aproximação não é ocasional, pois faz parte da natureza utópica da humanidade, característica comum a toda situação hipotética criada pelo homem, seja por meio da religião, da política ou da arte.

Entendemos, então, a utopia como um conceito difundido ao longo dos anos pelas mais diversas civilizações, através de prosas fictícias e aspirações milenares ou entre mitos e tratos filosóficos, sociais ou políticos. O resultado de tudo isso é o que chamamos de utopia. Porém, se considerarmos assim, tudo que nega a “realidade” para criar uma nova realidade, boa e perfeita, não há um limite preciso para a utopia. Surge, dessa forma, o problema de classificar obras literárias como pertencentes ao gênero de literatura utópica.

Obras literárias como “Divina Comédia”, de Dante Alighieri, e “Paraíso Perdido” (1664), de John Milton, podem ser classificadas como literatura utópica? Darko Suvin (1973, p. 45), em seu ensaio “Defining the Literary Genre of Utopia” tenta responder a esta questão ao representar as formas da literatura utópica:

[a representação de uma] radicalmente diferente condição sociopolítica historicamente alternativa, um local alternativo; uma comunidade imaginária em que as relações são organizadas mais perfeitamente que na comunidade do autor; o personagem fictício, ou mais claramente a “construção verbal” de qualquer estado de conservação, localização, ou comunidade; o caráter particular ou individualizado de qualquer construção em oposição aos gerais e abstratos projetos e programas utópicos¹.

¹ Tradução nossa de: “[the depiction of a] radically different and historically alternative socio-political condition; an alternative locus; an imaginary community in which relations are organized more perfectly than in the author’s community; the fictional or, more clearly “verbal construction” character of any such conditions,

Darko Suvin pode não ter definido com exatidão o que é uma literatura utópica, porém, Aldridge (1978) deixou bem claro o que ela não é. Não devemos considerar na utopia: “mito, fantasia, conto popular, paraíso terrestre, primeiramente porque nenhum deles é ‘historicamente uma alternativa às condições sociopolíticas’”² (ALDRIDGE, 1978, p. 4). De acordo com Darko Suvin (1973), o mito (e incluímos aqui o paraíso terrestre como representação mítica) trabalha com a identificação de fenômenos e a essência das coisas e não está relacionada a um problema contextual. Quanto ao conto popular ou à fantasia, também não há relação com o contexto ou seu tempo histórico. Sobre os diálogos de Platão, mais precisamente n’*“A República”*, não há aí um caráter ficcional, refletindo apenas uma “conversa”, não sendo classificado como literário. Em suma, a literatura utópica é uma ficção com um ambiente de aspiração ideal como alternativa social e política ao seu contexto.

Em todas as concepções religiosas de mundo boas e perfeitas, há uma versão negativa - “os mais antigos e óbvios exemplos são os mitos distópicos tal como Hades, Inferno e o submundo”³ (ALDRIDGE, 1978, p. 4). Ao distinguirmos o pensamento utópico da literatura utópica, podemos identificar a não-utopia tanto no pensamento em si, quanto na literatura do gênero. Dentre os nomes atribuídos à contrapartida negativa das utopias falou-se em antiutopia, distopia, não-utopia, utopia negativa, utopia satírica etc. Sobre a utopia satírica, algumas considerações devem ser feitas.

Um exemplo de utopia satírica é Aristófanes (447 a.C-385 a.C). Em sua peça “*Assembleia de mulheres*”, por exemplo, encenada pela primeira vez em 392 a.C, ele narra a mudança de gênero no poder de Atenas, que sai das mãos dos homens e passa à das mulheres. Estas impõem um modelo que hoje seria bem próximo ao socialismo, mas algumas situações ridículas começam a ser determinadas, como a de todo homem ter de dormir com uma mulher feia antes de se deitar com uma outra, mais bela. A peça satiriza o conceito de igualdade,

location, or community; the particular or individualized character of any such construct as opposed to general and abstract utopian projects and programs”.

² Tradução nossa de “Myth, fantasy, folktale, Cockaigne or Earthly Paradise, primarily because none of the latter are “historically alternative socio-political conditions”.

³ Tradução nossa de: “The most obvious antique examples are dystopic myths such as Hades, Hell and the Underworld.

mostrando de forma cômica a ineficácia do processo. As utopias satíricas funcionam como críticas contundentes, porém não extrapolam sua realidade, como na distopia e na própria utopia.

Modernamente, destacamos como utopias satíricas as obras “Micromegas” (1752), de Voltaire, e “As viagens de Gulliver” (1726), de Jonatan Swift. Nessas narrativas, há uma clara relação com o mundo particular, o que não ocorre na distopia, que se preocupa com uma ameaça maior, conceitos futuros em sociedades tecnologicamente desenvolvidas, aspectos coletivos tal qual na utopia, mas de forma pessimista e negativa, uma crítica ao formato utópico.

Explicitando melhor a relação entre utopia, distopia e utopia satírica, temos que a distopia

[...] é o oposto da eutopia, a sociedade ideal: é uma distopia, se é permitido estabelecer uma palavra. Antiutopia é o termo mais recente da crítica e, no seu uso literal, a forma anterior. A antiutopia pura é simples e principalmente um ataque direto ao conceito de utopia. É também uma sátira, mas é diferente da utopia satírica ao focar sua crítica a um conjunto de ideias abstratas e (geralmente) de projeção futurista (ALDRIDGE, 1978, p. 8)⁴

Sobre as produções do gênero literário distópico, destacamos algumas obras notáveis: “When the Sleeper Wakes” (1899) por H.G Wells, “Admirável Mundo Novo” (1932) por Aldous Huxley, 1984 (1948) por George Orwell e a obra que é objeto de estudo deste trabalho, “Nós” (1920-21) por Evgueni Zamiatin. Esses são alguns exemplos de obras cuja abordagem trata de uma sociedade distópica. Embora as obras de Huxley e Orwell sejam as mais conhecidas pelo público, o precursor do gênero é H.G Wells com a obra mencionada. Baseando-se nas teorias da época, dentre elas o darwinismo (através de seu mentor T. H. Huxley), Wells aplicou vários conceitos científicos apontados como solução para a humanidade. Em clima de otimismo, ele criou uma controversa e ambígua obra, fazendo com que vários

⁴ Tradução nossa de “[...] it is the opposite of eutopia, the ideal society: it is a dystopia, if it is permissible to coin a word. Anti-utopia is the earlier critical term and in its literal usage, the earlier form. The pure anti-utopia is simple and primarily a direct attack on the concept of utopia. It is also a satire but differs from the satirical utopia in its focal criticism of an abstract ideas and in its (usually) futuristic projection”.

estudiosos questionem se sua produção é ou não é de fato uma distopia. O que nos interessa aqui é que H.G Wells, produzindo uma utopia ou distopia, criou um legado que, posteriormente, seria utilizado por Zamiatin na criação de sua obra máxima, “Nós”. A narrativa em forma de diário, o ritmo lento e o processo de “desalienação” do protagonista na obra de Zamiatin será uma característica essencial dos romances distópicos, conforme Aldridge (1978).

O individualismo ou a negação do coletivo será outra característica das distopias. “Admirável Mundo Novo” (2003) mostra uma sociedade marcada pela carência, onde todos devem estar cercados de pessoas em puro ecstasy. Orwell (2005), em “1984”, não foge a essa concepção e apresenta um regime autoritário em que as pessoas são vigiadas por câmeras 24 horas por dia, em todos os lugares (inclusive em suas casas), ou seja, nunca estão sozinhas. Zamiatin (2004), apesar de não apresentar um regime autoritário como o de “1984”, mostra um sistema de vigilância que evita que seus cidadãos sintam-se isolados ou sozinhos. Os prédios possuem paredes de vidro e todos os moradores observam uns aos outros.

Muitas das obras citadas fazem referência clara a regimes existentes em determinadas épocas (por exemplo, o Stalinismo na União Soviética, fortemente criticado em “1984”), proferindo uma crítica política e social. Segundo Aldridge (1978, p. 18; tradução nossa), os autores das distopias “geralmente tornam-se, em um jargão contemporâneo, ‘politicizados’, uns ‘ativistas’”⁵. Isso explica por que, atualmente, obras como a *graphic novel* distópica “V de Vingança” (1982), por exemplo, possui cidadãos em toda parte do mundo que utilizam a máscara do herói (“V”) em protestos contra a corrupção ou tarifas de impostos abusivas. A distopia será caracterizada como subgênero da ficção científica. Para chegarmos a tal afirmação devemos entender antes o que é esse gênero literário chamado Ficção Científica.

A Ficção Científica (FC) moderna tem origem no final do século XIX com Júlio Verne e H.G. Wells, influências subsequentes do gênero. Júlio Verne narrou histórias fantásticas (e fantasiosas) como “Cinco semanas em um balão” (1863), “Viagem ao centro da terra” (1864), “Volta ao mundo em 80 dias” (1873). Wells, já mencionado,

⁵ He usually becomes, in contemporary jargon, “politicized”, an “activist”.

empregava a fantasia científica para realizar a crítica social, atribuindo à FC o caráter de utopia.

Reservamos este parágrafo para um breve comentário sobre FC e Ópera Espacial (OE). O preconceito desenvolvido sobre o gênero de FC traz uma relação inconcebível com a OE. Explica-se: com o surgimento de revistas *pulp* que traziam ao leitor viagens espaciais exóticas e personagens épicos, toda e qualquer produção dita “científica” era automaticamente atribuída como OE. Porém, ao contrário desta última, a FC constitui um nível de verossimilhança elevado e, muitas vezes, pelo seu caráter epistemológico, conseguiu antecipar muitos dos avanços da humanidade. Como não mencionar a peça produzida por Karel Capek, intitulada “Robôs Universais de Rassum”? Nesta obra, é introduzido pela primeira vez o termo “robô” (de robota, “trabalho forçado” em checo). Em seguida, o termo “robótica”, inspirado claramente na peça de Capek, será introduzido por Isaac Asimov em 1941. Esse exemplo prova muito bem a importância da FC no mundo histórico moderno e recusa a superficialidade da OE, incluída posteriormente como subgênero da FC.

No início, a FC não tinha uma associação realista (ou verossímil) tão forte quanto a FC da modernidade. As obras de Júlio Verne, pai da FC, apresentavam algumas incoerências inaceitáveis nos tempos atuais. Porém, devemos pensar que a ciência da época não proporcionava um conhecimento tão amplo e, mesmo assim, Júlio Verne conseguiu lapsos de coerência e lógica em suas obras.

Por essa falta de elementos factuais, a FC, por alguns momentos, aproximou-se bastante da literatura fantástica. O afastamento ocorreu quando a FC começou a se preocupar com explicações que pudessem ser aceitáveis pelo leitor, basear-se nos preceitos científicos da época (e, por vezes, até extrapolá-los).

Pietrocola (2009) define um elemento contrafactual presentes em toda a FC: o científico. Em contrapartida, a literatura fantástica é marcada pelo sobrenatural, elemento contrafactual da literatura fantástica, ausente na FC.

Sobre a relação das utopias/distopias na FC, estas, segundo Carneiro (1968, *apud* GARCIA, p. 62), serão incluídas como subgênero da FC. Suvin compartilha da mesma ideia de Carneiro em

seu “The River Side Trees” (1974), ao justificar a distopia/utopia como subgênero da FC:

[FC] pode basear-se em qualquer tipo de distanciamento cognitivo e não apenas em ser perfeitamente [ou, no caso de distopia, imperfeitamente] organizada por relações comunais; ela não tem de ser articulada num mesmo varrimento panorâmico disfarçado cuja soma é a história do livro. Além disso, desde o seu assunto, invariavelmente, lidar com as relações de poder - não necessariamente de forma sociopolítica clara, mas, talvez, em termos biológicos, cosmológicos ou outro - a FC não está comprometida com um sistema hierárquico formal (SUVIN, 1973, p. 113).⁶

Suvin defende a FC como um gênero maior, pois ele não se limita somente a questões sociais e políticas. O universo possível de se criar em uma FC é amplo e pode ser tanto uma viagem cosmológica (como citado) ou, por exemplo, como acontece no “Neuromancer” (1984), de William Gibson, ou as viagens do (anti) herói Case, pela Matrix (ciberespaço). Entendemos, assim, o gênero literário distopia como um subgênero da ficção científica e a obra em análise pode ser considerada a precursora do (sub)gênero distopia.

A obra em estudo, “Nós”, de Evgueny Zamiatin, retrata uma sociedade controlada pelo Estado Unificado, representado pela figura-símbolo do Benfeitor, cercada por um “muro verde”, com sujeitos que vivem em prédios com paredes de vidro: “Vivemos sempre a vista de todo, banhados de luz e cercados de paredes de vidro, que parecem feitas de ar refulgente. Não temos nada a esconder uns dos outros” (2004, p. 24). As pessoas que ali vivem não possuem nomes, apenas um número somado a uma letra de identificação (são todos chamados de “números”), dando uma ideia de unidade e coletivização (nosso protagonista chama-se D-503). Há vários dispositivos de controle social e a Tábua dos Mandamentos Horários é um deles.

⁶ Tradução nossa de “[SF] can be based on any kind of cognitive estrangement and not just on more perfectly [or in the case of dystopia, imperfectly] organized communal relationships, it does not have to be articulated in an even disguised panoramic sweep whose sum is the fable of the book... Further, since its subject matter will invariably deal with power relationships - not necessarily in a clear sociopolitical but perhaps in biological, cosmological or other terms - SF is not committed to a formal hierarchical system”.

[As “Tábuas dos Mandamentos Horários”, porém, transformam cada um de nós em herói, em herói épico com seis rodas de aço. Cada manhã, com a precisão de seis rodas, na mesma hora, no mesmo minuto, nós, que somos milhões levantamos como se fôssemos um só. Na mesma hora, milhões num só, começamos a trabalhar e, milhões num só, terminamos. Unidos em um só corpo com milhões de mãos todos nós levamos a colher à boca no mesmo segundo marcado pela Tábua dos Mandamentos Horários; no mesmo instante saímos a passear e vamos ao auditório, ou ao salão dos Exercícios Taylor, ou recolhemo-nos para dormir] (ZAMIATIN, 2004, p. 18-19).

Outros dispositivos presentes na sociedade do Muro Verde (em algumas passagens o personagem-narrador utiliza dessa nomenclatura) são os mecanismos de controle do sexo (cartões cor-de-rosa com autorização da atividade sexual), uma Norma Maternal (responsável por regular os atributos físicos das crianças), a medicina que identifica os anormais e doentes e realiza as cirurgias no Departamento Operacional, os espetáculos promovidos em prol do Estado Unificado e, conseqüentemente, o Benfeitor, os Guardiões (políticos da sociedade do Muro Verde), a campânula pneumática (dispositivo de punição), as confissões e a razão como base das formulações sociais estabelecidas.

No tópico que segue falaremos das estratégias que constituem a sociedade de controle e a atuação do biopoder nela.

Sociedade de controle: estratégias para o exercício do biopoder

Para Foucault (2011), o século XVIII foi marcado por uma mudança de política com relação aos corpos. Antes punia-se o sujeito por meio dos suplícios, rituais “medievais” que visavam torturar os condenados para mostrar o poder de seu soberano, pois, mais do que cometer uma falta contra sociedade, o condenado cometia uma falta contra seu soberano e os suplícios eram uma forma de mostrar o poder do absolutista que “se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado” (FOUCAULT, 2011, p. 49). O soberano era o dono do corpo e tinha sobre ele o direito de vida e morte, as punições reforçavam essa propriedade do corpo que, ao soberano, nada tinha utilidade, nada valia.

Entretanto, as pessoas começaram a se revoltar contra as formas como eram conduzidas as punições (de forma humilhante, com vários processos de tortura) e o soberano perdia seu poder para uma nova classe, preocupada com sua materialidade. Esses fatores contribuíram para uma nova política do corpo. Foram realizados novos estudos na área jurídica e novas leis foram criadas, voltadas para a preservação dos corpos. O importante é preservar os corpos, mas por quê? Por que uma mudança tão significativa dos corpos inúteis para os corpos mais do que úteis? Os corpos agora seriam valorizados, úteis porque correspondem à mão-de-obra. Essa visão é notória nas prisões, locais onde foram testados esses processos de controle dos presos, expandindo do micro (prisões) para o macro (sociedade em seus vários campos, como o campo educacional, médico etc.). A sociedade de controle tomará como base essa política de “cuidar dos corpos” presente nas prisões e, segundo o próprio Foucault (2011, p. 214), “devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?”

Aqui faremos nossa primeira relação com a obra “Nós”. Os mecanismos de atuação reforçam um caráter penitenciário. Ora, temos uma sociedade cercada por um “muro verde”, onde as pessoas precisam seguir “horários” pré-estabelecidos. Sobre o controle das atividades (remetemos aqui as “Tábuas dos Mandamentos Horários” da obra de Zamiatin), Foucault (2011, p. 144) afirma o seguinte sobre os horários:

Ele [os horários] se difundiria rapidamente. Seus três grandes processos – estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição – muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais. Dentro dos antigos esquemas, as novas disciplinas não tiveram dificuldade para se abrigar; as casas de educação e os estabelecimentos de assistência prolongavam a vida e a regularidade dos conventos de que muitas vezes eram anexos.

O modelo da sociedade de “Nós” é o mesmo que o modelo mencionado por Foucault a respeito das escolas, prisões, dos quartéis e dos hospitais. Tudo isso com o propósito de disciplinar as pessoas, disciplinar os corpos, normalizar o sujeito, pois a “penalidade perpétua

que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (FOUCAULT, 2011, p. 176). E a norma, para Foucault, está ligada intrinsecamente à disciplina (REVEL, 2011). A norma corresponde ao *bipoder*, ou seja, um poder sobre a vida.

O *bipoder* irá disciplinar os corpos, higienizá-los e homogeneizá-los (FOUCAULT, 1988). A disciplinarização dos corpos será feita de maneira que eles sirvam ao Estado Unificado em sua totalidade, sem desvios. Para isso, disponibilizar-se-á médicos para identificarem os doentes e até mesmo os números se policiando para que não prejudiquem seus corpos. É o que acontece quando D-503 vê seu par romântico com drogas que podem danificar o corpo. Ao vê-la ingerindo entorpecentes, dirá “Escute – disse eu – você sabe que o Estado Unificado é impiedoso com todos os que se envenenam com nicotina e sobretudo com álcool...” (p. 55). A disciplina conta, além de suas ferramentas de punição próprias, como a rejeição dos outros perante a escolha errada de um, com a vigilância de uns aos outros. Essa vigilância é necessária, não porque serão todos punidos ao serem abordados não cumprindo suas tarefas, mas pelo fato de que podem ser vistos a qualquer momento, por qualquer pessoa. A ideia da vigilância não é que todos sejam punidos, mas que todos possam ser vistos, e o medo de ser visto ou pego no ato, normaliza, induz à disciplinarização, faz com que o indivíduo se constitua a si mesmo como ser obediente. Consoante Foucault (2011, p. 196), “a máquina de ver é uma espécie de câmara escura em que se espionam os indivíduos; ela se torna um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira”.

Zamiatin parece construir uma máquina de vigilância aos moldes do panóptico. Sobre o panoptismo, tecnologia de controle por meio da observação, desenvolvido por Bertham, explica-se:

[...] O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em

cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2011, p. 190).

Em “Nós”, os prédios feitos de vidro facilitam a visão dos Guardiões, responsáveis pela ordem social da sociedade. Como o próprio protagonista menciona, isso facilita a vida dos que cuidam do Estado Unificado. Isso é bem verdade, pois a visão dos Guardiões não é capaz de abarcar todo o contingente de estabelecimentos (lê-se “cubos de vidro”) e, desta forma, os próprios números acabam por observar uns aos outros. Descentraliza-se, assim, o poder, tal qual acontece em “Admirável Mundo Novo” e “1984”, e também nas sociedades modernas. Há o medo, não necessariamente da punição física (pois a punição ocorrerá apenas em casos extremos), que é mínima, mas em relação ao fato de se tornar um anormal, um doente, e ser rejeitado pela sociedade, pelos irmãos números.

Os corpos devem produzir e para isso devem ser vigiados, disciplinados, homogeneizados, higienizados, insociáveis à improdutividade. Porém, ainda assim, de acordo com Foucault (2011, p. 177), há desvios:

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.

Assim, são necessárias novas práticas para conter os desvios. O Estado Unificado, em “Nós”, através da propaganda, fez-se espalhar pelos números um pequeno conto de dois homens que foram agraciados (ou, amaldiçoados, neste caso) a ficarem alguns dias sem trabalhar:

[Os três libertos cuja história trágica é conhecida de todos os nossos estudantes. Esta história é sobre três números que, a título experimental, foram liberados do trabalho por um mês: cada um deles podia fazer o que lhe aprouvesse e ir para onde quisesse. Os infelizes vadiavam perto do local de trabalho habitual, que observavam com olhos ávidos; paravam nas praças e horas inteiras faziam os movimentos que, em determinada hora do dia, eram já necessidade de seus organismos: serravam e aplainavam o ar, pregavam, com martelos invisíveis pregos também invisíveis. Finalmente, no décimo dia, não suportaram: deram-se as mãos e entraram na água e ao som do Hino mergulharam cada vez mais fundo até que a água pôs fim aos seus sofrimentos] (ZAMIATIN, 2004, p. 180).

Novamente a norma se faz presente. E o processo de objetivação é que dá consistência a esse processo. A partir da objetivação é que os indivíduos se subjetivam (passam pelo processo de subjetivação), ou seja, essa é a “maneira pela qual a relação com o si, por meio de uma série de técnicas de si, permite ao ser humano se constituir como sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2011, p. 144). Essas técnicas são os processos normativos da sociedade, como a vigilância sobre o sujeito, sua disciplinarização nas diversas instituições (escolas, hospitais etc.), baseados em conceitos científicos, racionais, e portanto, inquestionáveis. A base da sociedade do Muro Verde é a ciência, assim como é a base das sociedades modernas.

Quanto a higienização dos corpos, o sexo será o instrumento escolhido para o controle. D-503 relata como o sexo funciona na sociedade do Muro Verde.

[A adorável *O* deveria chegar dentro de uma hora. Senti-me excitado e emocionado. Ao chegar em casa corri para o gabinete da vigilante, mostrei o bilhete cor-de-rosa e recebi o certificado que me dava direito às cortinas. Só temos esse direito nos Dias Sexuais [...] Às 21h00. Eu fechei as cortinas e nesse minuto entrou *O* esbaforida.

Estendeu-me a boca rósea e o bilhete da mesma cor. Rasguei o cupom mas me afastei de sua boca rósea somente no último momento – às 22h15min] (ZAMIATIN, 2004, p. 24).

A regulação do sexo é necessária para que se controle na sociedade prováveis doenças, ou até mesmo o crescimento da taxa de natalidade, que possam vir a prejudicar a organização social, sua regularidade. É sobre essa regularidade que diz Foucault (1988, p. 43) sobre os mecanismos de controle da sexualidade:

Através de tais discursos multiplicam-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto?

E o “falar do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 30) pressupõe um controle maior sobre este dispositivo (assim como os outros, ao se falar abertamente) e determina-se assim aqueles que estão autorizados a orientar sobre ele, aqueles que possuem o saber e exercem o poder. Nesse caso, os responsáveis dentro da sociedade do Muro Verde com a autorização sobre o dispositivo da sexualidade, são os cientistas, os médicos e os guardiões, autoridades máximas, marcados pelo poder-saber, em uma sociedade em que o discurso científico é a base para todos os outros.

São os médicos os responsáveis por separarem aqueles que estão doentes dos que não estão. Os normais dos anormais. D-503, protagonista e responsável pela construção do Integral (um foguete espacial), ao se relacionar com I-330, descobre uma resistência ao sistema e participa involuntariamente de um complô, uma revolução para derrubar o poder em vigência. Ao ver que seu pensamento está saindo da “norma”, D-503 procurou um médico e o que o médico lhe disse foi que ele estava doente: “Vai mal, hein? Pelo visto formou-se uma alma em você” (ZAMIATIN, 2004, p. 88). Não devemos esquecer

que o protagonista D-503 também exerce sua influência nessa rede de micropoderes. Na concepção de Foulcault (1988, p. 29), a organização dos corpos na sociedade trata-se de “uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças”. O poder produz saber, falamos de um poder-saber e D-503, na categoria de cientista, carrega consigo esse poder. Do contrário, como ele seria o escolhido pelos poderes de resistência (os ditos “revolucionários”) como peça fundamental para a revolta através da posse, por parte dos resistentes, do Integral. Lembremos que o foguete espacial é, desde o começo da obra, a principal ferramenta que servirá como base para reforçar o poder do Estado Unificado e suas várias instâncias. Como construtor do símbolo do poder da sociedade do Muro Verde, se algum grupo, que não seja o Estado Unificado e seus representantes, adquirisse o poder sobre o Integral, isso significaria uma reviravolta social. Ao ser interrogado pela figura do Benfeitor, D-503 é questionado sobre o interesse dos rebeldes e em especial a rebelde I-330 por quem o protagonista nutre um enorme afeto. Estaria ela interessada no sujeito D-503 sem relacioná-lo de forma alguma ao seu poder-saber? Se ele não fosse o construtor do Integral, estaria I-330, a revolucionária, interessada em um “simples” homem?

[E você é duas vezes mais ingênuo que um de dezesseis! Escute: acaso nunca lhe passou pela cabeça que eles – não sabemos seus nomes, mas temos certeza de que vamos sabê-los por seu intermédio – só o queriam por ser o Construtor do Integral – somente para, por seu intermédio...] (ZAMIATIN, 2004, p. 195).

As palavras do Benfeitor são racionais, pautadas no discurso científico que domina a sociedade do Muro Verde. E como um bom cientista, D-503 vê lógica e sentido na fala do líder.

[Sim. De fato. Eu era o Construtor do *Integral*... Sim, e de repente, surgiu-me o rosto furioso de U, com as guelras vermelhas como tijolos a estremecer, naquela manhã em que ambas estavam juntas em meu quarto...

Lembro-me perfeitamente que eu ri e levantei os olhos. À minha frente estava um homem calvo, socraticamente calvo, e em sua calva, pequenas gotas de suor.

Como tudo era simples. Como tudo era magnificamente banal e tão simples que dava vontade de rir.

As gargalhadas me sufocavam, nasciam em mim como vagas incessantes. Fechei a boca com a mão e fugi, à toa] (ZAMIATIN, 2004, p. 195).

O sentimento de culpa por ser enganado pelas emoções atinge D-503. Esse tal “sentimento”, tão irracional e tão contra os princípios que pregam todos na sociedade do Muro Verde. A vergonha é o que faz com que ele feche a boca com a mão e fuja, como ele próprio diz, “à toa”. O sujeito está subjetivado, constituído em uma norma e regularizado pelo Estado. Não há punição mais forte do que a própria traição aos princípios dos métodos de controle da sociedade. Afinal, esses métodos são, de fato, para o bem dos sujeitos que ali habitam. O controle proporciona a vida e isso é tudo e o mais importante. Estar vivo é ser “feliz”. E é essa felicidade, para o Benfeitor, a condição de existência desse Estado único, perfeito.

[Eu pergunto: qual a coisa que os homens, desde o berço, pedem. Com que sonham e por que sofrem? Todos querem encontrar alguém que lhes diga de uma vez por todas o que é felicidade e que depois os acorrente bem a essa felicidade. Não é o mesmo que fazemos hoje? O velho sonho do Paraíso... Lembre que no Paraíso ninguém sabe o que são desejos, não conhecem a piedade, não conhecem o amor, lá estão os bem-aventurados, que se sujeitaram à fantasioctomia (é por isso que são bem-aventurados), são os anjos, são os servos de Deus. E agora, no momento em que nós alcançamos este sonho, quando nós o agarramos assim (Sua mão fechou com tanta força, que se tivesse na mão uma pedra, da pedra esguicharia suco), quando restava apenas cortar a presa e dividi-la em pedaços, neste momento você... você...] (ZAMIATIN, 2004, p. 194-195).

É uma troca equivalente, como na alquimia, ninguém sai perdendo. O Estado Unificado oferece aos seus números a vida através de instrumentos de controle e disciplinarização (bipoder). Em compensação, o Estado Unificado apodera-se de seus corpos para que estes produzam e façam com que a maquinaria estatal e suas instâncias

continuem funcionando sem interrupções. A comparação com o Paraíso no trecho acima é válida: lá é onde os servos de Deus viverão eternamente. Analisemos bem essa palavra, “eternamente”. O paraíso é um lugar de vida e não de morte. O Estado Unificado também é um lugar onde se vive e o que há fora dos muros é a morte, a desorganização, tudo que há de anormal, de acordo com os princípios de seu povo. Cria-se uma utopia (lugar ilusório e irreal), mas a partir dela, uma distopia, pois o que parece um lugar perfeito, torna-se uma prisão. E nessa concepção, céu e inferno são prisões para as almas em proporções iguais. As distopias exploram em seu limite o controle social, o exercício do biopoder e, em “Nós”, percebemos a clareza dessas estratégias.

Há de se estranhar também que em uma sociedade em que todos, absolutamente todos, se encontrem vivendo em um “cubo de vidro”, vigiados uns pelos outros, encontremos em sua construção uma “casa de antiguidades” (2004, p. 30).

[Passamos por um cômodo onde havia pequenas camas de criança (as crianças naquela época também era propriedade privada). Vinham depois outros quartos com aparelhos refulgentes, guarda-roupas sombrios, divãs de cores insuportavelmente berrantes, uma lareira enorme, uma grande cama de mogno. Nosso vidro moderno, esplêndido, transparente, eterno, só aparecia ali na forma de tristes, frágeis e minúsculas janelas] (ZAMIATIN, 2004, p. 31-32).

Qual seria a justificativa disso? Por que um modelo tão “ultrapassado” em uma sociedade tão “moderna”? Um lugar em que se pode ocorrer qualquer tipo de perversão dos selvagens (povos anteriores aos desenvolvidos números) disponível ali, de maneira simples e prática. O lugar intitulado “Casa das Antiguidades” é a representação do poder-saber, do exercício do biopoder, da sociedade do Muro Verde. Trata-se de uma estratégia para mostrar como era a vida dos homens antes da ciência perfeita. E é para mostrar o que acontece aos anormais, aos que executam tais práticas. Eles devem servir de exemplo, serem excluídos por todos da sociedade, para que tais atitudes infames não se repitam mais. É o medo da rejeição, o medo de não ser um integrante, não ser um número.

Da mesma forma, Aldous Huxley representa, em sua obra, uma reserva de selvagens que vivem de acordo com outras práticas e

conceitos. Seu protagonista serve de exemplo aos sujeitos que habitam a cidade e reforçam a normalidade e o desejo de que eles jamais devem desejar aquilo, pois é estranho, anormal.

Considerações finais

Objetivamos, neste trabalho, identificar, na obra “Nós”, de Evgueny Zamiatin, os elementos que constituem a sociedade do controle, suas estratégias, assim como os processos de normalização do indivíduo. Analisamos também as resistências ao modelo social construído na obra, considerando-as também como exercício de poder. Percebemos que a subjetivação, por meio do discurso, torna seus sujeitos cada vez mais produtivos naquele sistema, reforçando, assim, a atuação do biopoder de maneira desejável, sutil e eficaz.

Apesar de anteceder outras obras consideradas distópicas, como “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley, e “1984”, de George Orwell, diferentemente, “Nós”, de Evgueny Zamiatin, não tem sido uma obra muito explorada e nem tem ocupado espaços de análise. O seu caráter distópico foi analisado por Carneiro (1968), no Brasil, e por poucos estudiosos estrangeiros, como Suvin (1973; 1974) e Aldridge (1978).

Nesse sentido, o presente trabalho contribui para suscitar outras análises da obra, enquanto manifestação de uma distopia, mas aponta também para a possibilidade de se considerar as estratégias de controle configuradas no exercício de um tipo de poder, a que Foucault definiu como biopoder. O controle do biopoder, ao ser acatado e incentivado por uma maioria, parece produzir uma organização unificada, contudo cria uma distopia, pois o espaço perfeito, harmonioso e feliz esperado torna-se, em nome da ordem, o lugar da vigilância e da visibilidade. O olhar frequente do outro aprisiona e acaba colocando às vistas a ilusão de que se pode chegar ao mundo perfeito. O controle, mesmo para o bem e para unificação, constrói um espaço distópico. Uma das estratégias presentes na obra “Nós” é o uso de ações apoiadas no discurso científico, o que também constitui uma técnica do biopoder na sociedade atual. Diante dessas relações tão próximas, procuramos problematizar as lógicas vigentes, sabendo que a solução para os problemas não é durável, porque a cada prática discursiva, uma nova é proveniente (FOUCAULT, 2012).

Referências

ALDRIDGE, Alexandra. *The scientific world view in dystopia*. Michigan: UMI Research Press, 1978.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da versão dos Monges de Maredsous pelo Centro Bíblico Católico. 111. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997.

CARNEIRO, André. *Introdução ao estudo da “science-fiction”*. São Paulo: Comissão de literatura, 1968.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. 2. ed. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2003.

MORE, Thomas. *A utopia*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

ORWELL, George. *1984*. 29. ed. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. 4. ed. Tradução de Manuel Maria Barbosa Du Bocage. São Paulo: Martin Claret, 2006.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PIASSI, Luís Paulo; PIETROCOLA, Maurício. *Ficção científica e ensino de ciências: para além do método de ‘encontrar erros em filmes’*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.35, n.3, p. 525-540, set/dez. 2009.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

SUVIN, Darko. *Defining the literature genre of utopia: some historical semantics, some genealogy, a proposal and a plea*. *Studies in the literary imagination*, 6, n. 2, p. 45-121, 1973.

_____. *The river side trees, or SF an utopia: Degrees of kinship*, *Minnesota Review*, n. 2-3, p. 111, 1974.

ZAMIATIN, Evgueny. *Nós*. Tradução de Clarice Lima Averina. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

Recebido em 31/08/2013

Aceito em 30/10/2013